



DIÁLOGOS SOBRE O BILINGUISMO NA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA O ALUNO SURDO

Katia Silene Veiga Lamberti¹
Ronny Diogenes de Menezes²

RESUMO

Este Ensaio apresenta reflexões acerca dos aspectos teóricos e metodológicos da Educação dos surdos, bem como, análises das políticas de inclusão referentes às pessoas surdas. Também busca dialogar as ações no âmbito educacional, quando tratado sobre a Educação Bilingue para esse indivíduo. As problemáticas relacionadas às práticas políticas e pedagógicas estão acordadas a questionamentos que partem de uma perspectiva histórica, cultura e social que o surdo perpassa na sociedade ouvinte, onde o maior entrave está na comunicação.

Palavras-chave: Palavras-chave: Educação, Surdo, Bilinguismo.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio traz diálogos sobre a área da surdez com base em diferentes concepções teóricas, as quais fundamentam a Educação Especial. A surdez sob o foco clínico é tratada como uma deficiência sensorial, cuja classificação se dá a partir do déficit auditivo em leve, moderada, severa, profunda, congênita, pré-linguística e outras (OLIVEIRA, CASTRO, RIBEIRO, 2002, p. 418-419), essa concepção contribuiu para algumas lacunas na educação dos alunos Surdos, apresentadas no decorrer deste trabalho. A surdez por ser conhecida como uma “deficiência invisível” e por não ser óbvia a primeira vista, carrega marcas historicamente de fracassos educacionais e sociais em sua trajetória. Porém, o surdo é capaz de produzir conhecimentos, organizar-se social e politicamente através de um código linguístico diferente, conhecido como Libras – Língua Brasileira de Sinais, uma língua com estrutura gramatical própria, proveniente da organização linguística e comunicação entre os surdos brasileiros.

1 Graduada em Letras-libras/Bacharelado e Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste *Campus* Cascavel. Com Especialização em Libras, pela Uniasselvi - *Campus* Indaial SC. Aluna do curso de Especialização em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva-IFTM. katiavlamberti@gmail.com

2 Mestre em formação de professores pela UEPB, Orientador do curso de Especialização em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva – IFTM. ronny.diogenes@hotmail.com



Para Ferreira Brito (1995, p. 21-33), a Língua Brasileira de Sinais possui uma completude linguística semelhante a qualquer outra língua oral, apresentando todos os níveis linguísticos (fonológicos, sintáticos e semânticos). O nível fonológico é representado através de três parâmetros maiores, ou seja, Configuração das Mãos, Movimento e Ponto de Articulação, além de três parâmetros menores, Região de Contato, Orientação das Mãos e Disposição das Mãos, sendo estes necessários para a construção de um sinal. “Igual à língua oral, a Libras apresenta variações linguísticas e dialetos regionais próprios, salientando assim, seu caráter de língua natural” (STROBEL & FERNANDES, 1998, p.01).

O uso da Libras é fundamental para que haja o contato dos ouvintes com a Comunidade Surda. Para Skliar (1998, p. 22) “é comum definir comunidade surda como uma minoria linguística”, mas vale ressaltar que neste trabalho compartilha-se de autores como (STROBEL, 2008, p.3, GESUELI, 2006, p. 278) cujo termo se refere a todos os usuários da Libras, sejam ouvintes ou surdos. Embora, as particularidades da pessoa surda parecem ser mais consideradas quando as referências estão voltadas ao fator linguístico, pouco se tem feito para diminuir as diferenças nas produções escritas dos surdos. É sabido, que as políticas públicas, ainda timidamente, buscam soluções para minimizar as dificuldades de leitura e escrita desses estudantes.

Segundo Quadros e Karnopp (2004) há muitos mitos relacionados à Língua de Sinais, sendo, necessário desmitificar abordagens e concepções estigmatizadas pelo senso comum. Sem aplicar um conhecimento linguístico fundamentado, ocorre um entendimento distorcido sobre as línguas de sinais. Compreender a organização lexical, morfológica, sintática e semântica das línguas de modalidade visuoespacial, como é o caso da Libras, beneficia o educador a pesquisar e a conduzir meios para que o aluno surdo seja capaz de se apropriar da escrita de uma língua oral. A internalização da escrita por alunos surdos, muitas vezes tem sido confundida com sua capacidade de copiar os conteúdos. Vale ressaltar que o fato de copiar não significa que os conceitos e a escrita estão sendo, por eles, apreendidos. Sendo assim, como saber se realmente está internalizado o uso da Língua Portuguesa Escrita? Documentos do Ministério da Educação como: as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e Adaptações curriculares em ação: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos (2002), além de propor estratégias para atendimento e avaliação dos alunos surdos, norteiam o acompanhamento do trabalho individual do aluno no Atendimento Educacional Especializado (AEE) revelam o comprometimento da escola com os alunos que necessitam desse aparato



para que as faculdades da linguagem estejam lhe trazendo não só a aquisição da escrita de uma língua oral (no caso o português), mas o conhecimento do mundo para suas práticas sociais, se tratando de uma língua que lhe será de instrução.

Este estudo também traz breves considerações da educação do surdo, perpassando o contexto histórico relacionando-os com o modo que cada sociedade tratou o surdo, bem como: as metodologias de ensino utilizadas para comunicar e educar esse sujeito; a relação das políticas de inclusão com as leis que asseguram acessibilidade a uma educação de qualidade às pessoas com deficiência, a fim de que se reconheça esse cidadão como parte da sociedade que precisa ser respeitada, visto que a surdez existe, e esses sujeitos estão presentes no nosso dia a dia; os estudos sobre a Educação Bilíngue, que envolve o ensino da língua materna e uma segunda língua em conjunto com as áreas do conhecimento científico na educação dos surdos.

Para tanto, esse trabalho assim se estrutura. Num primeiro momento, apresenta-se um breve histórico da educação de surdos, abordando seus aspectos gerais em diferentes momentos da história. Em segundo, o foco está nas políticas de inclusão, apresentando os aspectos legais que norteiam o processo educacional atual dos surdos brasileiros. Em seguida, problematiza reflexões a partir da abordagem fundamentada na educação bilíngue, nesta o objeto de análise é o sujeito surdo em um contexto onde se sente na maioria das vezes um estrangeiro na sala de aula, isso por estar no meio de uma comunidade ouvinte, na qual a maioria não utiliza a Libras para comunicar-se. Por último segue as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Contextualizando, de forma sistemática sobre a origem da surdez desde os primórdios da humanidade, conclui-se que o surdo sempre existiu (FERNANDES, 2011), mas o respeito por sua diferença e reconhecimento sofreu discriminação, marginalização, abandono e crueldades. Durante os percalços da história do homem e da sociedade a expressão por gestos indicavam a existência de pessoas que não ouviam e por tanto não falavam. Por muito tempo os surdos foram vítimas de uma concepção distorcida, já que a língua é o canal que verte o pensamento. Esse pensamento fundamentou por muitos longos anos que o surdo era incapaz de pensar e portanto, não seria possível educá-los no método formal por causa de sua “anormalidade”.



No século XVI, o monge espanhol beneditino Pedro Ponce de León, reconhecido oficialmente na história como o primeiro professor de Surdos, ensinava apenas Surdos filhos de nobres, e somente esses podiam ser educados, assim, apenas quem sabia ler e escrever poderia ter direitos.

Começa uma longa caminhada para a educação dos surdos em meados deste século, surgindo algumas instituições. Na França em 1760 o abade Charles Michel de L'Epée fundou a primeira escola para surdos, o Instituto de Sudos-Mudos de Paris. Em contato com surdos mendigos pelas ruas de Paris criou uma língua de Sinais com base na gramática francesa. Posteriormente sendo chamado como “Método Gestual de L'Epée”. No mesmo período foi criado na Alemanha outro método chamado de Oralismo ³, mas não obteve muitos resultados positivos comparado com o método Gestual. Percebeu que os surdos que eram educados pela língua de Sinais alcançaram índices educacionais nunca antes vistos.

Vale destacar a importância da língua de sinais, quanto, a criação da primeira Universidade para surdos em meados do Século XVII, em Washington, nos Estados Unidos: A Universidade Gallaudet, iniciou suas atividades como escola em 1864. Foi uma marco triunfante na educação do surdos. Portanto a Língua de Sinais como meio adequado de desenvolver o pensamento e a comunicação dos surdos, trazendo inúmeras contribuições para a integração social e profissional destes.

No Brasil, a educação dos surdos teve início no primeiro Instituto de Educação dos Surdos – INES, fundado em 1857 dando início a suas atividades com poucos alunos surdos, pois, a sociedade Brasileira na época e a condição social de pobreza da maioria das famílias de surdos, havia uma visão assistencialista, que nem se quer reconhecia os surdos como cidadãos. Teve como diretor e professor o francês surdo Ernest Huet, que utilizava a Língua de Sinais como recurso para o ensino dos conteúdos curriculares da época. Quatro anos após a saída de Huet, o Instituto passa por diversas mudanças, até que em 1868 passa por uma inspeção de governo que verificou que ali estava apenas servindo como asilo de surdos, assumindo como diretor o Dr. Tobias Leite. Assim, em 1873 foi aprovado o projeto que regulamentava o ensino profissionalizante e o ensino da “linguagem articulada e leitura sobre os lábios”. Em meados do Século XX, foi iniciado o ensino da “linguagem articulada” pelo médico Dr. Joaquim José. Assim, o Instituto passa a oferecer o ensino profissionalizante, condicionados a aprendizagem de um ofício.

³ Oralismo é uma filosofia educacional para os surdos que tem como objetivo fazer com que o surdo aprenda a falar. O grande precursor desse método foi Samuel Heinicke que defendia o conceito que o pensamento era mediado pela fala.



Porém, o Congresso de Milão (Italia) em 1880, reflete várias mudanças educacionais no Brasil para a educação de surdos havia um conflito entre os fatores linguísticos, filosóficos e religiosos, mas também educacional. De acordo com Skliar (1998), não havia uma abordagem para legitimar o conhecimento educacional da criança Surda. No Instituto, em 1911 foi estabelecido como metodologia educacional o oralismo, iniciando uma trajetória em experiências, práticas e tentativas de fazer o surdo falar. Portanto, se a língua era vista como um sinal do pensamento, logo, quem não falava não pensava, e ao longo do tempo foi construindo uma trajetória de experiências, práticas e tentativas fracassadas, causando um prejuízo enorme na educação dos surdos.

Após muitos anos do domínio oralista, surge um novo método – A Comunicação Total, porque haviam questionamentos a cerca da interação entre aluno surdo e professor ouvinte. Segundo Moura (2000, p.57) a Comunicação Total é uma filosofia. Conforme sua pesquisa, deve-se a Roy Holcomb tal abordagem, que foi definida na Conferência das Escolas Americanas para Surdos em 1976. Um sistema que usa todos os recursos de comunicação possíveis, tais como: a língua oral, a língua de sinais, a mímica, leitura labial e a datilogia⁴. É explorada através de todos os meios para efetivar a comunicação. Também usa-se os gestos naturais, acompanhados de fala “ouvida” por meio de um amplificador sonoro individual e toda e qualquer técnica é utilizada para estimulação auditiva. Pregando uma liberdade que permita estratégias de ensino combinado com todos os recursos possíveis. Expandiu-se em outros países, inclusive no Brasil no final da década de 70. Mas, levantou-se um ponto contraditório, no momento de uso da língua de Sinais e da língua oral, as estruturas são diferentes: Uma é espaço-visual, a outra é oral-auditivo. E foi assim que surgiu o “português sinalizado”⁵.

No final da década de 1970, acontecem reivindicações nos Estados Unidos pela Língua e Cultura das minorias linguísticas, sendo assim, a Língua de Sinais como L1 e a língua majoritária (ouvintes) L2. De acordo com Guarinello (2007), nasce a abordagem bilíngue para os Surdos. O uso das duas línguas, mas em momentos diferentes. Tornar acessível duas línguas no contexto escolar para que seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional tenham pleno sucesso no decorrer de sua vida familiar e em sociedade.

No Brasil na década de 80 iniciam-se as discussões sobre bilinguismo e educação bilíngue para Surdos a partir da preocupação de estudantes e professores da área de Letras,

4 Segundo Ferreira (2010) a datilogia ou soletração manual segue a estrutura oral-auditiva. Usurários da Língua de Sinais a utilizam para soletração e até a incorporam na estrutura de um sinal.

5 Português sinalizado é expressar-se por meios da língua de Sinais seguindo um ordem da língua oral utilizando o espaço como referencia para as ações. Tudo que é sinalizado deve acompanhar a fala.



que traziam novos paradigmas na educação desse sujeito. Deixando de ser rotulados como deficiente auditivo e sim surdo, com sua própria língua que pertence a uma minoria linguística. Tendo apoio das comunidades surdas assegurando o direito a sua identidade e a sua língua, movimentos se organizaram para defender e oficializar a Libras, exigindo mudanças nas leis e nas políticas educacionais e de inclusão.

Perante as facetas da Educação dos Surdos, metodologias foram surgindo, como a Escrita de Sinais, que na década de 1960 nos Estados Unidos, iniciaram estudos sobre o registro escrito da “língua gestual-visuál, foi criado o Sistema de Escrita de Sinais - “*SignWriting*”⁷ teve sua origem em 1974 por Valerie Sutton⁸, a partir de um sistema que a autora criou para anotar os movimentos da dança, esse sistema pode representar qualquer Língua de Sinais do mundo. Mas esse é um sistema ainda pouco usado, e, portanto, a necessidade do surdo ter a Língua Portuguesa Escrita como sua segunda língua (L2), por viver em uma sociedade onde a língua oral é dominante.

Em constante transformação e mudanças, a inclusão do surdo ainda está sendo construída em alicerces teóricos cada vez mais concretos. E para que o ideário da Educação de Surdos seja realmente transformadora, a história precisa e deve continuar sendo escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as pesquisas levantadas por meio das referências aqui citadas, concluímos que, mesmo perpassado mais de cem anos, os surdos foram excluídos das suas próprias discussões sobre seus direitos, como ao voto e as práticas políticas e sociais. Historicamente foram os ouvintes que decidiram suas metodologias educacionais, linguísticas, sociais e culturais. Por longos anos. Os “não surdos” foram a voz determinante em todos os contextos da vida desse sujeito.

No Brasil, segundo especialistas, é a terceira maior deficiência comprovada. O IBGE no ano de 2010 apurou acerca de 9,7 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência auditiva que corresponde a 5,1% da população.

6 Línguas de modalidade gestual-visual: a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos. (QUADOS & KARNOPP, 2004, p.47-48)

7 Possui um sistema “ideográfico”, por isso, os conjuntos de símbolos representam um signo, e assim, o sistema vai se moldando a Língua de Sinais.

8 Foi membro do Deaf Action Committee (DAC), Califórnia E.U.A.



Vale ressaltar, a alusão bicultural ou multicultural que o surdo carrega em sua identidade, é uma construção do ser sujeito, além de sua deficiência é cidadão como os demais da sociedade, com seus direitos e deveres, que deveriam ser respeitados.

O preconceito com sua língua (Libras), mesmo em espaços educacionais, onde não poderia existir um pré-conceito e sim conhecimento científico sobre a aquisição da linguagem por meio da língua de sinais, ainda é visível e sentido pela comunidade surda, e em outras áreas da sociedade como direito ao lazer, a cultura e ao entretenimento.

Em tempos remotos, tratados como surdos- mudos ⁹ e surdos falantes, vista pelo viés de uma educação elitizada, onde, professores, preceptores e muito trabalho clínico- médico e terapêutico intensos, vinham de encontro com a satisfação e o desejo de uma sociedade ouvinte: surdos comportarem-se como ouvintes. Tudo não passa de um artifício para encobrir a surdez através de mecanismos programados, passando a fingir que são “iguais” e aceitar a sua exclusão.

Manter os embates epistemológicos no âmbito escolar, entre ser optativo o uso da Libras ou exclusivo uso da Língua Portuguesa, além de questões levantadas duvidosamente sobre o bilinguismo, é manter a exclusão escolar dos alunos Surdos.

A inteligência e a capacidade são características de todos os seres humanos (MOURA, 2000, p.90) e pode determinar o fracasso ou o sucesso em aspetos da vida, no que se refere a desenvolver as capacidades, oportunidades de aprendizagem e condições de investimento em seu ambiente de convívio. Muitos educadores se deparam com grandes desafios no momento que há um aluno surdo na classe, não levando em conta as particularidades de sua deficiência, querendo de certa forma “homogeneizar” com os demais da classe, na expectativa que esse aluno, sem intervenção bilíngue (uso da Libras) em suas práticas educacionais, tenha a mesma apreensão que os demais alunos.

Propiciar o ensino de Libras em contra turno de preferência com professores surdos, é transmitir o conhecimento de igual, para que esse alunado tenha as mesmas condições que os outros.

Se expressar com uma ou outra língua é participar de um ambiente escolar que o desafie a pensar e a refletir, exercitando sua capacidade perceptivo-cognitivo, suas capacidades de interagir no mundo social, educacional, linguístico e cultural, pois este é de todos: surdos, ouvintes, pessoas com ou sem deficiências.

9 [...] uma vez que aparelho fonador geralmente não está prejudicado, essa criança surda só se torna muda por estar privada da percepção auditiva. Apenas aprendem a falar por meio da imitação, pelos movimentos do lábios, substituindo o som pela imagem e a pelas sensações cinestésicas. (VIGOTSKI, 2011)



A partir destas discussões acerca da educação especial e da educação de surdos, esta “minoría” tomam espaço no ensino regular público ou privado, não como Classe Especial¹⁰ e sim viverem a realidade da inclusão, o direito de frequentar os bancos escolares como qualquer outro estudante. Também, a necessidade de se construir reflexões que permeiam as políticas públicas de educação para que todos tenham o acesso, bem como à formação de profissionais no atendimento de alunos com necessidades especiais e do ponto de vista que “a universalização do ensino de qualidade é direito de todos os alunos” (PRIETO, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em três abordagens fundamentam-se as concepções históricas da educação dos surdos: a Oralista, a Comunicação Total e a abordagem Bilíngue. Sendo que ora as propostas educacionais visam à classe comum, ora a classe especial ou a escola especial.

A educação bilíngue visa capacitar o surdo a utilizar as duas línguas no cotidiano escolar e na vida social: a Libras e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como língua de instrução, assim, respeitando a língua natural.

Nas tentativas de problematizar e trazer possíveis soluções para o déficit educacional que o surdo carrega historicamente, levanta-se considerações reflexivas nas práticas educacionais para que sejam vistos como Cidadãos, porque estes por muitos anos foram vistos como “anormais” perante uma sociedade desinformada sobre a condição de “Ser Surdo”. Há necessidade de práticas educativas que garantem um ensino que proporcionem real aprendizado e desenvolva as capacidades intelectuais e acesso igual a todos, tanto no mercado de trabalho, na qualidade de vida, no meio social e na defesa de sua cultura e identidade, para que possam expandir olhares e que se quebre preconceitos, o conhecimento precisa estar ao alcance de todos.

As inquietações nessa produção buscam mostrar a intervenção da educação bilíngue seja norteadas em todas as áreas da sociedade onde o sujeito surdo esteja inserido e tenha o direito de manter sua identidade surda e a inclusão educacional. Portanto, que de fato traga uma real inclusão, respeitando as particularidades de sua identidade.

10 Segundo Prieto (2006) a classe especial foi vista como parte de uma “hierarquia de Serviços” como modelo de educação especial. Propõe que os alunos sejam atendidos em suas necessidades conforme duas orientações: recursos especializados, se necessário, e a fim de movê-lo para a classe comum.



REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa Do Brasil** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: 2010. Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. acessado em 25 de maio de 2020.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.**, Capítulo V, art. 58. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm acessado dia 25 de maio de 2020.

_____. Lei Nº10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Lei da Acessibilidade.** Capítulo VII. Artigo 18 e 19. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> acessado em 25 de maio de 2020.

_____. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Lei da Libras.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm. Acessado em 25 de maio de 2020.

_____. Decreto Nº5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei da Libras e o Artigo 18 da Lei de Acessibilidade.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm.> Acessado em 25 de maio de 2020.

_____. Lei Nº12.319, de 1º de setembro de 2012. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.** Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acessado em 25 de maio de 2020.

_____. **Censo 2010:** escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil, IBGE <<http://www.ibge.gov.br>> em 05 de junho de 2020.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares /** Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília : MEC / SEF/SEESP, 1998.

_____. Secretaria de Educação Especial, **Língua Brasileira de Sinais/** organizado por Lucinda F. Brito et all. – Brasília: SEESP, 1997. V.III (Série Atualidades pedagógicas, n. 4).
_____. Ministério da Educação. Secretaria de educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** MEC/SEESP, 2001a.

_____. Ministério da Educação. **Adaptações curriculares em ação: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos.** Secretaria de Educação Especial – Brasília: MEC; SEESP, 2002b.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de língua de sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1995.

GUARINELLO, Ana C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos.** São Paulo: Plexus, 2007.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** São Paulo : Moderna , 2003.

MOURA, M. C. **O Surdo Caminhos para uma nova identidade.** São Paulo: Revinter, 2000.



- OLIVEIRA, Pedro; CASTRO, Fernanda; RIBEIRO, Almeida. Surdez Infantil. Rev. Bras. Otorrinolaringol. V.68, n.3, 417-23, maio/jun. 2002. Disponível <<http://www.scielo.br/pdf/rboto/v68n3/10400.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2020.
- ONU, Organização das Nações Unidas. Declaração de Salamanca, Espanha: Junho de 1994. Disponível <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acessado em 5 de junho de 2020.
- PRIETO, Rosangela G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades especiais: Um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: **Inclusão Escolar**, ARANTES, Valéria A. (org) et all. 3. ed. São Paulo: Summus, 2006. Coleção Pontos e Contrapontos. P.31 à 73.
- QUADROS, R. M. de **Educação de Surdos – Aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- _____. **Teorias de aquisição da Linguagem**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.
- QUADROS & KARNOPP, Ronice M. e Lodenir B. **Língua de sinais Brasileira – Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- STROBEL, Karin L. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. Florianópolis, 2008b. Tese de Doutorado em Educação – UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.
- SIGNWRITING: A Brief Overview. Disponível <<http://www.signwriting.org/about/questions/quest018.html>>. Acessado em 5 de junho de 2020.
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis. Editora UFSC. 2008.
- VIGOTSKI, Lev S. **A defectologia e os estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal**. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000400012> acessado em 16 de junho de 2020.